



CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Arquivo		
LEI Nº	FLS.	
6.357	014	1

## Câmara Municipal de Volta Redonda

Estado do Rio de Janeiro

### LEI MUNICIPAL Nº 6.357

Altera o inciso II do Artigo 10, da Lei Municipal nº 1.896/1984.

A Câmara Municipal de Volta Redonda aprova e eu, em conformidade com os §§ 1º e 8º do Artigo 60 da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** O inciso II, do Artigo 10 da Lei Municipal nº 1.896, de 16 de outubro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 10. Será concedida isenção do IPTU:*

*I – (...)*

*II - De 50% (cinquenta por cento) ao imóvel de propriedade do aposentado ou pensionista, deficientes e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC-LOAS);*

*Parágrafo Único. A condição de cada um dos beneficiários deverá ser comprovada no ato do requerimento de isenção.*

*III – (...)*”

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Volta Redonda, 05 de janeiro de 2024.

  
**EDSON CARLOS QUINTO**  
Presidente

Projeto de Lei nº 253/2023  
Autoria: Vereador Welderson Sidney da Silva Teixeira  
DEx/pfs.



CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Arquivo		
LEI Nº	FLS.	
6.357	015	1

	<b>CMVR</b>	CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA PODER LEGISLATIVO
<b>LEI MUNICIPAL Nº 6.357</b>		
Altera o inciso II do Artigo 10, da Lei Municipal nº 1.896/1984.		
A Câmara Municipal de Volta Redonda aprova e eu, em conformidade com os §§ 1º e 8º do Artigo 60 da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:		
Art. 1º O inciso II, do Artigo 10 da Lei Municipal nº 1.896, de 16 de outubro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:		
"Artigo 10. Será concedida isenção do IPTU:		
I - (...)		
II - De 50% (cinquenta por cento) ao imóvel de propriedade do aposentado ou pensionista, deficientes e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC-LOAS);		
Parágrafo Único. A condição de cada um dos beneficiários deverá ser comprovada no ato do requerimento de isenção.		
III - (...)"		
Art. 3º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.		
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.		
Volta Redonda, 05 de janeiro de 2024. EDSON CARLOS QUINTO Presidente		

